

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O MARQUÊS DO LAVRADIO E O RIO GRANDE DE SÃO PEDRO: O VICE-REI E AS VARIAÇÕES DA COMUNICAÇÃO POLÍTICA COM OS GOVERNADORES SUBORDINADOS (1769 – 1776)

Leonardo Guedes Soares
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
leohistuerj@gmail.com

O presente trabalho busca analisar, por meio das trocas de correspondências, a comunicação política entre o 2º marquês do Lavradio e os governadores subordinados da capitania do Rio Grande de São Pedro, Antônio Veiga de Andrade e José Marcelino de Figueiredo, entre os anos de 1769 e 1776. A região meridional da América portuguesa viveu no século XVIII um período de bastante instabilidade, sobretudo por conta da invasão dos castelhanos ao Rio Grande de São Pedro, no ano de 1763, que se estendeu até 1776. A perda de territórios nesse contexto de disputas entre as Coroas ibéricas, poderia simbolizar para um governante uma mácula em sua imagem. Por isso, apesar da distância territorial, mesmo tendo ocupado o cargo de vice-rei no Rio de Janeiro, Lavradio atuou de maneira ativa, fazendo valer a sua jurisdição na administração do Rio Grande de São Pedro, contrariando a perspectiva de algumas interpretações historiográficas, como a do historiador A. J. R. Russell-Wood, que defende que a autoridade do vice-rei era pouco efetiva para além da sede do seu governo, sendo o raio de alcance do controle dos governadores e magistrados de aproximadamente 100 quilômetros de onde se encontrava a autoridade (RUSSEL-WOOD, 1998, p. 171).

Logo que foi provido no cargo de vice-rei do Estado do Brasil, em 1769, Lavradio queixou-se nas missivas que escreveu da insubordinação por parte de José Marcelino de Figueiredo, governador do Rio Grande de São Pedro. Essas desavenças se intensificaram nos anos de 1770 e 1771, quando o vice-rei concretizou o seu desejo de vê-lo ser afastado do cargo de governador. O posto seria ocupado de forma interina por Antônio Veiga de Andrade, ainda em 1771, com o apoio de Lavradio, que articulou o seu provimento. Observamos algumas diferenças na forma com que o vice-rei se comunicou com esses dois governadores que lhes eram subordinados, além do perceptível aumento no volume de cartas que

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

encontramos, que datam a partir de 1773, quando José Marcelino de Figueiredo reassume o cargo de governador do Rio Grande. Além do volume de missivas ter aumentado consideravelmente a partir de 1773, notamos também maior minuciosidade no trato da comunicação entre esses correspondentes, principalmente no que se refere aos assuntos ligados à defesa do território. Essas alterações são indícios importantes para a problematização da comunicação política entre o vice-rei e os governadores subalternos do Rio Grande, tema que privilegiaremos nessa comunicação.

Utilizamos nessa pesquisa fontes de dois acervos distintos, localizados na cidade do Rio de Janeiro. Realizamos a análise do acervo contido no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, privilegiando a revisão da obra de Marcos Carneiro de Mendonça: *Século XVIII: século pombalino do Brasil* (1988). Em seguida, no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, nos dedicamos ao Fundo Secretaria do Estado do Brasil, especificamente ao códice 104 e ao Fundo Marquês do Lavradio, no catálogo 3, de correspondências ativas.

José Marcelino de Figueiredo e o 2º marquês do Lavradio foram providos aos seus respectivos cargos no ano de 1769. Porém, quatro anos antes, em 1765, José Marcelino havia sido nomeado por carta do Conde da Cunha como comandante da fronteira do Rio Grande, quando ainda estava alocado no Rio de Janeiro. Entre 1765 e 1769, protagonizou ataques aos castelhanos (que haviam invadido o Rio Grande de São Pedro em 1763) que contaram positivamente para que fosse indicado ao cargo de governador do Rio Grande (KUHN, 2012).

Figueiredo tomou ao governo do Rio Grande de São Pedro na última etapa do vice-reinado do Conde de Azambuja, a qual homenageou, e meses antes da chegada do 2º marquês do Lavradio ao cargo de vice-rei. Isso pode explicar o início das adversidades entre os dois personagens. Desde o início Lavradio criticava a postura de José Marcelino de Figueiredo por sua autonomia e desobediência, acusando-o de ultrapassar a sua jurisdição. É verdade que existem, historicamente, outras suposições a respeito dessas desavenças, como por exemplo a hipótese de que um dos motivos de Lavradio não ter uma boa relação com José Marcelino possa ter ligação com o fato de o governador não advir de uma família

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

membro da nobreza portuguesa.

Mesmo com a sua condição de subalternidade, desde o momento em que foi empossado como governador do Rio Grande de São Pedro, José Marcelino de Figueiredo tinha noção de que, se fosse retirado do cargo, o aval do Rei de Portugal ocuparia sempre o lugar de soberania, sendo capaz de restituí-lo. Mesmo assim, em seu juramento, reconhece a influência da jurisdição do vice-rei do Estado do Brasil no exercício do cargo que ocuparia:

Eu Joze Marcelino de Figueiredo faço preito, e homenagem a S. Mage e a V. Exa em seo nome, como seo vice-rey e capitão general de Mar e Terra deste Estado pelo continente do Rio Grande de São Pedro para que o tenha, guarde, e governe e ao dito senhor recolherei no dito Continente no alto e no baixo delle de dia ou de noite a PE ou a Cavallo a quaisquer horas ou tempo que seja, irado ou pagando com poucos ou muitos, vindo em seo livre poder e delle farei guerra mantereí tregoa e paz segundo por S. Magw ou V. Exa me for mandado e o dito Continente não entregarei a pessoa alguma de qualquer estado, grão, dignidade ou preeminência que seja senão a S. Mage como meo Vice-Rey e Capitão general logo sem delonga arte ou cautella, estado e em tempo que qualquer pessoa me der Carta por sua Real Mão assignada e asselada com o Sello de suas Armas, ou de V. Exa (MENDONÇA, 1988, p. 496 – 497).

Apesar do juramento descrito acima ter sido proferido ainda no governo do Conde de Azambuja, os vínculos existentes entre o vice-rei e o governador do Rio Grande de São Pedro, se mantiveram após o 2º marquês do Lavradio ser empossado.

Em carta de 30 de novembro de 1769, José Marcelino apresenta ao novo vice-rei os indicados para ocupar o Regimento da Cavalaria Auxiliar do Rio Grande de São Pedro propondo a “V. Excia os Officiais que por ordem do Antecessor de V. Excia nomeei.” (MENDONÇA: 1988, p. 509 – 511). Ou seja, o governador, já tendo recebido o aval e reconhecimento do vice-rei anterior sobre a decisão tomada, torna a submeter o parecer ao novo indivíduo em exercício ao cargo, reconhecendo também a sua jurisdição.

A relação entre os dois personagens seria reafirmada no ano de 1770. Em missiva de 9 de outubro, Lavradio acusa ter recebido “cartas do mês de março, abril e maio, e por achar embaraçado com a chegada de alguns navios ingleses que arribam ao porto, só agora dar(ei) resposta às mesmas.” (MENDONÇA, 1988, p. 516 – 518). Se analisarmos de maneira isolada, o trecho pode sugerir duas hipóteses imediatas. A primeira é de que José Marcelino de Figueiredo tentou

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

comunicar-se diversas vezes com o 2º marquês do Lavradio sem obter rápidas respostas. A segunda possibilidade, complementar à primeira, é de que Lavradio tinha outras prioridades em relação ao solicitado para o Rio Grande de São Pedro e por isso demorou à lograr respostas.

Contudo, a continuação da mesma carta evidencia que essas correspondências as quais Lavradio estava se referindo não foram as únicas trocadas entre ele e José Marcelino durante o período. Ou ainda que, José Marcelino não era a única pessoa que lhe oferecia notícias sobre as capitânicas do Sul. Lavradio alerta:

Vi as relações do que se precisa para a Nova Fragata e enquanto as tintas, tenho dado ordem, para se aprontarem e remeterem, porém, não posso mandar os oficiais da Ribeira que V. S. me pede por serem precisos nesta capital os poucos que aqui se acham. Admirome acharse essa Provedoria tão falta de dinheiro, quando efetivamente me estão chegando letras de tudo que lá se tem tomado e vai tomando, que todas tenho mandado prontamente pagar nesta Tesouraria Geral por donde vejo que a despesa que se faz nessa Praça é quadruplada da que se faz nesta capital. Eu já que ordenei a V.S. mandasse relações de todo o rendimento e depesas que tem essa Praça anualmente para, á vista das mesmas, regular as remessas de dinheiro que devo fazer por ser assim conforme às leis d’El Rei Meu Senhor, e como até o presente não tem chegado, devo dizer a V. S. que enquanto as não remeter, como também de todo o dinheiro que para essa Praça fizeram remeter os Ilmos e Exmos Snrs Vice-reis meus antecessores e do seu consumo, fique certo de que lhe não mando vintém algum e também de que não deve mandar fazer despesa alguma extraordinária sem que primeiro seja por mim aprovada (MENDONÇA, 1988, p. 516 – 518).

A missiva acima nos ajuda a elucidar o ambiente da conflituosa relação estabelecida entre os personagens, desde os anos iniciais de seus respectivos mandatos governativos. Apesar do baixo número de correspondências que foram mapeadas até o ano de 1773, nas missivas que encontramos e analisamos, esse desgaste torna-se bem evidente. A reação de Lavradio aos pedidos de José Marcelino mostra a sua insatisfação com a postura do governador. Seus desafetos estão pautados na pouca expressividade de prestação de contas das receitas enviadas ao Sul, a serem geridas pelo governador do Rio Grande de São Pedro, acompanhadas de novas solicitações financeiras e pedidos de ajuda ao vice-rei, no Rio de Janeiro.

A rigidez das palavras de Lavradio insinuam a sua preocupação com a capitania rio-grandense. A autonomia demasiada de Figueiredo fez com que Lavradio desconfiasse de que o problema que permeava a gestão do Rio Grande

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

não se deu por conta de falta de recursos ou de materiais, mas que se tratava de má administração por parte do governador.

Não demoraria muito para que o vice-rei buscasse a destituição de José Marcelino de Figueiredo do cargo que ocupava na capitania do Rio Grande de São Pedro. Para isso, precisaria não só convencer ao Rei de Portugal de seus argumentos, como atuar de maneira direta na seleção do substituto para que fosse efetivada a sua predileção em detrimento de Figueiredo. Se o vice-rei não tinha jurisdição suficiente para afastar o governador, que competia à decisão do rei, fez o que estava ao seu alcance para tal, com a nomeação de um governador interino.

No mês de novembro de 1770, em carta, José Marcelino de Figueiredo oferece as notícias sobre os andamentos das ações no Rio Grande de São Pedro, declarando a sua intenção em atender ao solicitado pelo marquês e vice-rei:

Nesta occazião remeto a v. Exa o mapa das tropas deste continente, e seus destacamentos. Também remeto copia dos mapas que pello modello, que dei se me remetem mensalmente destas Fronteiras que declaram pagamento, cordenado respectivamente pagos em cada mês. Os cofres das fronteiras como, este estão sem um vintém cá muitos mezes, tem parado esta ordem. Da ditta copia que há do mês de janeiro, verá V. Exa. exceder os pagamentos a dez mil cruzados Ada mês como tenho avizado a v exa, e isto depois de eu ter posto os ordenados quaze por a metade de que os achey, suprimindo muitos. Não entrão aqui as férias, as obras, as compras, as minestras, as farinhas, as carnes, as conduções que são gastos diários e indispensáveis. Por isso, e por esta prorvedoria não render trinta mil cruzados cada anno pode v. Exa julgar a razão já tendo para repetir a v exa as petições de remeça que não tem sido attendidas há mais de hum anno, por V. Exa na conformidade da Ordem que trouxe quando vim para esse governo. Na mesma ocazião mando pella Provedoria conta das Relações que v. Exa me ordena se remeta em carta de três de outubro passado. LAVRADIO, Marquês. [Carta] 7 nov. 1770 [para] FIGUEIREDO, José Marcelino. Rio de Janeiro.

No trecho acima, José Marcelino enfim envia as notícias solicitadas por Lavradio. No entanto, para pedir a sua ajuda na resolução de alguns expedientes e para atestar que a administração do Rio Grande não ia bem, não por falta de seu trabalho, mas pelo baixo rendimento que esses negócios geravam em relação às demandas que precisavam ser realizadas. As queixas vinham das várias faces da insubordinação de que acusava José Marcelino. Em algumas ocasiões o governador seguiu suas instruções, mas a sua falta de eficiência administrativa, que, segundo Lavradio, atrapalhavam o desenvolvimento do Rio Grande, principalmente quando deixava de comunicar ao vice-rei sobre o andamento de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

algumas situações, ou mesmo quando tomava decisões que não iam de encontro com o que Lavradio havia estipulado. Também no ano de 1770, desaprovou a criação de uma companhia de milícias denominada de Voluntários Reais, contrariando os interesses de José Marcelino, que tocou o negócio.

No ano de 1771, o governador escreveu ao bispo do Rio de Janeiro, intervindo em uma disputa envolvendo um oficial engenheiro e um cura. Além da arrematação de uma propriedade pertencente a Coroa, que deveria ter sido feita pelo presidente da Junta (ou seja, o próprio Lavradio) e que também não foi participada pelo governador. E ainda a retenção de fundos no Rio Grande de São Pedro que deveriam ter sido enviados para a capital do Rio de Janeiro (KUNH, 2012, 172). Ou seja, diversos eventos em que as ordens de Lavradio não foram incorporadas, ou que foram executadas de maneira insatisfatória, colocando em risco a soberania da coroa portuguesa, de acordo com as pretensões do vice-rei.

O peso das pressões despendidas por Lavradio para que José Marcelino fosse removido do cargo, teve seus efeitos. No mês de agosto de 1771, Lavradio comunicou a Figueiredo da sua substituição pelo Tenente Coronel Antônio Veiga de Andrade, com o cargo de governador interino, e determinando o retorno urgente de José Marcelino de Figueiredo para o Rio de Janeiro. Não se sabe ao certo se chegou a ser preso, mas é evidente que foi admoestado por Lavradio (KUNH, 2012, 174).

Fábio Kühn afirma que em uma carta de ofício enviada a Francisco José da Rocha, Lavradio tratou do afastamento de José Marcelino da seguinte forma:

A desconsolação em que vive esse povo pelo mau método do coronel José Marcelino, ficará acabada com a chegada do novo governador, e este homem como sempre foi mau súdito, era impossível que fosse nunca bom superior, ainda que ele pelas suas violências, confianças e absurdos tem bastantemente merecido de mim o mais rigoroso castigo, sempre talvez ache em mim mais piedade do que aquela que ele merece e espera (KUNH, 2012, 173).

A chegada de Antônio Veiga de Andrade ao cargo de governador interno foi uma aposta de Lavradio. Por conta disso, desde o início procurou estabelecer uma relação que oportunizasse a resolução de problemas de que se queixava na época

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

em que Figueiredo ocupara o cargo. Em carta de 29 de agosto de 1771, destinada ao novo governador, o vice-rei solicitou:

Atendendo às representações, que me faz o Coronel José Marcelino de Figueiredo da falta de saúde que experimenta no continente do Rio Grande, onde se acha governando interinamente e muito mais às representações dos Povos de viverem sumamente oprimidos, e descontentes com as violências que o sobredito Governador lhe faz, e modo absoluto com que os trata, obrigandome igualmente (se não mais) a falta de observância com que o dito governador executa a maior parte das ordens que por mim lhe tem sido mandadas, todos estes juntos motivos me põem na precisa necessidade, de ordenar a Vm., passe logo ao continente do Rio Grande, aonde tomará posse daquele governo que ficará interinamente governando, enquanto eu não mandar outro oficial, que o haja de suceder, ou El rei meu Sr. Nomear quem melhor lhe parecer, para Governar do mesmo continente (KUHN, 2012, 173)

A convocação executada por Lavradio demonstra o seu interesse imediato na substituição e de que estaria disposto a fazer o possível para que Figueiredo não retornasse ao cargo. Contudo, o final da mesma correspondência revela a qualidade do cargo de Antônio Veiga de Andrade como interino, deixando claro ainda que a sua atuação se daria até o Rei de Portugal indicar alguém que melhor lhe parecesse ou até o próprio 2º marquês do Lavradio enviar um Oficial substituto.

Na continuação dessa missiva, o vice-rei oferece com largueza e vasto domínio as recomendações para que o novo governador e substituto não incorresse nos mesmos erros executados pelo seu antecessor. As orientações são de inúmeras naturezas. Tratam do investimento na agricultura, no tratamento dado aos vassallos, na gestão das receitas, mas principalmente da prestação de contas e oferecimento de notícias ao vice-rei, sobretudo com as ameaças de invasão recorrente por parte dos castelhanos aos territórios meridionais da América portuguesa, onde deveria “conservar com os nossos vizinhos toda a melhor harmonia, não consentindo que eles se adiantem nem tomem a si, nem um palmo de terreno que pertença aos Reais Domínios d’El Rei meu Senhor”. (KUHN, 2012, p.173)

A estratégia de Lavradio, ao que parece, colocava em destaque além da necessidade de constante interlocução com o governador, a defesa do território do

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Rio Grande de São Pedro, e a tentativa de evitar o enfrentamento direto com os espanhóis procurando estabelecer certa harmonia com eles, além de ter enviado instruções que parecem preocupadas com a questão do povoamento e do desenvolvimento interno do Rio Grande de São Pedro, inclusive como forma de garantia da soberania portuguesa.

De fato, a comunicação existente entre Lavradio e o novo governador do Rio Grande era mais efetiva, não por isso, os resultados de suas ações de governo foram vistos com total satisfação pelo vice-rei, que escreve:

Se V. se não tivesse facilitado tanto com aquela gente, eles não teriam tido agora liberdade semelhante e se tivesse demorado do destacamento até criar as companhias que lhe ordenei e receber as duas Companhias de Infantaria e uma de Artilharia, que estavam determinadas, e não acharia com o Continente tão exposto, e de todo o acontecimento infausto que suceder-me é Vm. Resposavel pela culpa da má execução que deu as minhas ordens. LAVRADIO, Marquês. [Carta] 22 mai 1772 [para] ANDRADE, Antônio Veiga. Rio de Janeiro.

Mesmo depois de ter sido retirado do cargo, José Marcelino de Figueiredo teve as suas ações de governo apuradas com relação à idoneidade, a pedido de Lavradio. A apuração foi concluída com o seguinte parecer:

Sou obrigado a dizer a V. Ex^a para assim o fazer presença a S. M., que contra a limpeza de mãos do Coronel José Marcelino não tenho cousa alguma, antes me consta ter servido com grande isenção, e os seus erros todos são nascidos de uma vaidade de Fidalguia e de ciência que lhe parece estar superior a todos. (KUHN, 2012, 173)

O que não esperava, é que todo o seu plano de revisão de condutas, revelaria diversas brechas de práticas executadas por Antônio Veiga de Andrade. A perseguição política e as desavenças não cessaram nem mesmo após a saída de José Marcelino da administração da capitania subalterna do Rio Grande de São Pedro, cargo para onde regressaria no ano de 1773, quando Antônio Veiga de Andrade foi retirado sob suspeitas de envolvimento com contrabando. O retorno de Figueiredo nos comprova que, apesar dos problemas com o vice-rei e 2º marquês do Lavradio, a sua atuação não foi vista com maus olhos pela Coroa portuguesa, apesar de algumas atitudes terem sido pontuadas e questionadas.

No entanto percebemos que, no que tange aos assuntos observados na

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

comunicação política e o vice-rei, o 2º governo de José Marcelino de Figueiredo foi marcado por distinções em relação ao 1º. A coroa portuguesa utilizou algumas estratégias de dominação que combinam assuntos ligados à defesa e ao povoamento. As correspondências ativas de Lavradio sugerem que foi bem comum na composição dos corpos de oficiais das tropas no Rio Grande de São Pedro, a transferência de famílias inteiras, em que tanto o pai como o filho eram incorporados aos regimentos. Francisco Proença, por exemplo, foi transferido ao Rio Grande de São Pedro em 1773, para servir no Regimento de Dragões junto de seu filho, que sentou praça no mesmo Regimento como cadete (LAVRADIO, Marquês. [Carta] 9 agosto 1773 [para] FIGUEIREDO, José Marcelino. Rio de Janeiro). O que também ocorreu com Manoel Silveira Dutra, transferido ao Rio Grande em 1774 juntamente com sua esposa, para ser incorporado no Regimento que José Marcelino melhor julgasse (LAVRADIO, Marquês. [Carta] 16 maio 1774 [para] FIGUEIREDO, José Marcelino. Rio de Janeiro). Essas incorporações duplas favoreciam tanto as estratégias militares, pelo aumento do efetivo das tropas, quanto a questão do povoamento, com a transferência de todo o núcleo familiar.

Outra estratégia foi a utilização de casamentos mistos. No dia 7 de setembro de 1774, Lavradio tratou com José Marcelino de Figueiredo de uma carta remetida pelo Provedor da Fazenda do Rio Grande a respeito do casamento entre um soldado dragão e uma índia:

Remeto a V.S. a carta que me escreve o Provedor da Fazenda deste continente para que V.S. me informe do procedimento do Soldado Dragão Jozé Joaquim Gonçalo que quer casar com a índia que o mesmo provedor tem mandado educar e que de capacidade que ele tem para tratar de lavouras e se he ou não justo efetuar-se o mesmo casamento, assim como da conduta da índia (LAVRADIO, Marquês. [Carta] 7 setembro 1774 [para] FIGUEIREDO, José Marcelino. Rio de Janeiro).

O vice-rei busca então a opinião do governador sobre esta matéria, para compreender se seria ou não viável permitir o casamento entre um branco e uma índia. Narra, sem muitos detalhes, da preparação dos hábitos dessa mulher indígena para que pudesse casar-se de acordo com os ritos do cristianismo e dos critérios adotados pela coroa portuguesa para que o matrimônio fosse consumado.

É razoável destacar que em muitas das correspondências ativas do 2º

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

marquês do Lavradio, a ação do vice-rei não está conectada somente ao oferecimento de instruções minuciosas sobre como os seus subordinados, por exemplo, deviam governar os territórios de que estavam incumbidos. Em alguns casos, o intento de Lavradio ao comunicar-se era ser participado do que havia sido decidido, aproximar-se dessas matérias e objetos, das questões internas do continente do Rio Grande de São Pedro e de suas necessidades, reafirmando, assim, a sua superioridade hierárquica sobre os governadores do sul.

Sobre a questão da defesa, a possibilidade de invasão de Santa Catarina agitou a região meridional a partir de 1770, ameaçando também as capitanias vizinhas, como é o caso do Rio Grande de São Pedro, que já se encontrava em boa parte ocupado pelos espanhóis desde a década de 1760. Isso pode ser um dos fatores que nos auxiliam a compreender todas as preocupações que retratamos acima.

O atraso do pagamento dos soldos para as tropas, por exemplo, era uma circunstância comum durante o século XVIII, tanto em capitanias subalternas, quanto nas principais. No período analisado, no que tange à capitania do Rio Grande de São Pedro, houve preocupação de ambos os personagens para que essa situação fosse amenizada. Em carta de 15 de fevereiro de 1774, Lavradio comunica o envio de

duas parcelas de dinheiro a entregar na Provedoria da Ilha de S. Catarina a Ordem do governador della para serem transportados a este continente a entregar a Ordem de V.S. (...) para os pagamentos de soldos dos meses de Abril até Setembro (...) e para as despesas com as fortificações. (LAVRADIO, Marquês. [Carta] 15 fev 1774 [para] FIGUEIREDO, José Marcelino. Rio de Janeiro)

O mesmo se repete em outra missiva: “Nesta ocasião faço remetter a este Continente a parcella de seicentos e quinhentos e sessenta mil reis para o pagamento do ultimo quartel deste ano da Companhia de Artilharia que se acha destacada”. (LAVRADIO, Marquês. [Carta] 6 dez. 1773 [para] FIGUEIREDO, José Marcelino. Rio de Janeiro.)

No dia 28 de agosto de 1773, Lavradio comunica o envio de quatro contos de réis para o pagamento dos soldos das tropas, e no dia 10 de setembro do mesmo ano, envia seis contos de réis para o pagamento das tropas do mesmo continente

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

(Rio Grande de São Pedro), referente aos meses de outubro, novembro e dezembro do mesmo ano, buscando estar em dia com a quitação dos soldos dessas tropas. (LAVRADIO, Marquês. [Carta] 10 dez. 1773 [para] FIGUEIREDO, José Marcelino. Rio de Janeiro.)

Nos chama atenção a familiaridade de Lavradio não só com ordens gerais (já havia sido governador na Bahia), mas pelo seu conhecimento mais específico das tropas (era militar de carreira), e que só foi oportunizado por conta da largueza de detalhes oferecidos pelo seu corpo de oficiais, que enviavam as notícias e solicitações a serem executadas pelo vice-rei, que estava no Rio de Janeiro. Em carta de 2 de julho de 1774, Lavradio solicita que José Marcelino “recolha” o auditor do Primeiro Regimento de Infantaria (Jozé Luiz) que “manchou com o mesmo Regimento.” (LAVRADIO, Marquês. [Carta] 2 jul. 1774 [para] FIGUEIREDO, José Marcelino. Rio de Janeiro.) Nessa mesma correspondência, o vice-rei alega ter recebido informações enviadas por José Marcelino e por “outros companheiros” sobre as ações do dito auditor. A respeito da questão da situação da defesa lusitana nas frentes de batalha, no mês de fevereiro de 1774, o marquês do Lavradio envia uma extensa carta ao governador José Marcelino de Figueiredo. A missiva tem um duplo objetivo, pois além de ser a resposta sobre questões que foram levantadas em correspondências enviadas por José Marcelino a Lavradio, também compreende as instruções do vice-rei a serem seguidas pelo governador do Rio Grande:

No dia de hoje acabo de receber as cartas de V. Exa datadas de 15 e 19 do mês passado em que V. Exa me dá a notícia de terem levantado o campo dos castelhanos e retrogradado a sua marcha. V. Exa os respondeu e a mais correspondência que V. EXa tem tido com ele, diz-me por último V. Exa que deseja as minhas ultimas ordens e que eu me explique claramente para saber o que deve V. Exa executar no caso em que se acha. (MENDONÇA, 1960, p. 500 -505)

Os assuntos tratados são referentes à questão da defesa do território e da situação das tropas castelhanas. Lavradio acredita que as estratégias por ele preconizadas renderam resultados positivos para a luta contra os espanhóis:

Estimo que os Castelhanos principiassem já a temer as nossas forças e a conhecer que está chegando o tempo em que se lhes consentiam os seus arrogantes atrevimentos. Combastante satisfação vejo verificada a utilidade que eu imaginei se seguiria a essa capitania, das tropas que aí mandei estabelecer para a segurança do mesmo continente, enquanto lhe não

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

pu dessem chegar maiores socorros desta capital. (MENDONÇA, 1988, p. 587 – 589)

Concluimos que o século XVIII foi um período de intensas transformações para o Rio Grande de São Pedro, sobretudo pelas disputas existentes entre portugueses e espanhóis. As alternativas portuguesas priorizaram as vias diplomáticas em relação às bélicas. Articulação essa que demonstramos durante as análises das correspondências de Lavradio e dos governadores José Marcelino de Figueiredo e Antônio Veiga de Andrade (abordada no capítulo anterior). A utilização do povoamento, de casamentos, transferências de famílias inteiras para o território do Rio Grande de São Pedro foram alguns dos artifícios utilizados por Portugal para viabilizar a sua dominação .

A partir da análise das missivas que envolveram o 2º marquês do Lavradio, Antônio Veiga de Andrade e José Marcelino de Figueiredo pudemos compreender os principais assuntos com os quais esses indivíduos estiveram preocupados e que ficaram marcados nos conteúdos dessas correspondências. O estudo da comunicação política entre esses agentes e o uso das missivas por eles trocadas, como fonte, foram fundamentais para mapearmos as principais características da administração no período e nos espaços privilegiados neste trabalho. Durante o século XVIII, a arte de comunicar-se por meio da escrita, de fazer uso de diversos artifícios de interlocução nessas narrativas, foram atributos fundamentais para um bom administrador, para que a sensação de sua fala pudesse ser materializada em locais distantes do seu posto de governo, além da percepção de como suas ações estavam sendo recebidas em Lisboa, pelo rei e seus ministros.

A figura de José Marcelino de Figueiredo é cheia de peculiaridades. Tanto quanto ao seu nascimento e trajetória militar, que envolveram até uma mudança de nome, quanto ao governo no Rio Grande de São Pedro, marcado pela sua má relação com Lavradio, que tentou contundentemente que o governador subordinado fosse retirado do cargo. Inicialmente, o objetivo de Lavradio foi concretizado, dando lugar ao governo interino de Antônio Veiga de Andrade, em 1771. O vice-rei buscou oferecer inúmeras instruções para Veiga de Andrade, a fim de que realizasse um bom governo. Contudo, o desfecho de sua passagem pelo cargo foi marcado pelas suspeitas de corrupção e envolvimento com o

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

contrabando, dando lugar novamente ao seu antecessor, José Marcelino, ainda que a contragosto de Lavradio. O seu retorno comprova que, apesar dos problemas com o vice-rei, a sua atuação não foi vista com maus olhos pela Coroa portuguesa. A queixa do vice-rei era de insubordinação. Não haviam indícios de roubos ou envolvimento com o contrabando. José Marcelino de Figueiredo não foi avaliado pela Coroa portuguesa, e até pelo próprio marquês do Lavradio como um homem corrompido no exercício das suas funções; um dos motivos que o fizeram retornar ao cargo de governador do Rio Grande. Prevaleceu o peso dos vínculos e a idoneidade.

FONTES

FONTES MANUSCRITAS

AHU-Rio de Janeiro. Avulsos. Cx. 49, doc. 63.

AN-RJ. Secretaria de Estado do Brasil, Cód. 104, vol. 15.

AN-RJ. Marquês do Lavradio, correspondências ativas, cat. 3, item 1.

AN-RJ. Secretaria de Estado do Brasil, Cód. 104, vol. 15, folha 28. Carta de 7 de novembro de 1770.

AN-RJ, Fundo Marquês do Lavradio, correspondências ativas, catálogo 3, item 1, p. 13. Carta de 9 de agosto de 1773.

AN-RJ, Fundo marquês do Lavradio, correspondências ativas, catálogo 3, item 1, p. 21-22. Carta de 6 de dezembro de 1773.

AN-RJ, Fundo Marquês do Lavradio, correspondências ativas, catálogo 3, item 1, p. 50. Carta de 16 de maio de 1774.

AN-RJ, Fundo marquês do Lavradio, correspondências ativas, catálogo 3, item 1, p. 52. Carta de 2 de julho de 1774.

AN-RJ, Fundo Marquês do Lavradio, correspondências ativas, catálogo 3, item 1, p. 59. Carta de 7 de setembro de 1774.

AN-RJ, Fundo Marquês do Lavradio, correspondências ativas, catálogo 3, item 1, p. 10. Carta de 10 de setembro de 1774.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

KUHN, Fábio. Um governador em apuros. A trajetória administrativa de José Marcelino e Figueiredo (Rio Grande de São Pedro, 1769 – 1780). Temas Setecentistas. Universidade do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, 2012.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *O marquês de Pombal e o Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960, p.500 -505.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Século XVIII: Século Pombalino do Brasil*. Rio de Janeiro: 1988.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. “Centros e periferias no mundo luso-brasileiro (1500-1808)”. Trad. Maria de Fátima Silva Gouvêa. *Rev. Bras. Hist.* Vol 18, n. 36. São Paulo: 1998, p. 187-250.